



EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE, MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA

PHYSICAL EDUCATION AND SPORT, SOCIAL MOVEMENTS AND DEMOCRACY

ÉDUCATION PHYSIQUE ET SPORT, MOUVEMENTS SOCIAUX ET DÉMOCRATIE

Caroline Arnaldo Ortiz; Leon Ramyssés Vieira Dias; Tiago Quaresma Costa; Ângela Celeste Barreto de Azevedo; André Malina

* Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail:
andremalina@yahoo.com.br;

Recebido em: 08-07-2020
Aprovado em: 18-07-2020
Publicado em: 20-07-2020

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em uma época em que o modelo hegemônico político é representativo. Observa-se que esse modelo inviabiliza, ao menos em parte, perspectivas mais amplas de participação popular, o que pode gerar um cunho autoritário em sociedades democráticas ocidentais se não forem acompanhadas de um processo de ausculta e diálogo entre representante e representado.

Mesmo sendo a democracia representativa o principal modelo das democracias ocidentais, temos nos movimentos sociais possibilidades de ampliação do sistema democrático, promovendo aberturas de diálogo através da organização da sociedade civil que visa romper com o *status quo* vigente, atentando-se para questões de interesses sociais mais amplos.

A Educação Física brasileira, como parte integrante das perspectivas sociais em disputa, sofreu forte influência de movimentos sociais que, com a abertura política deflagrada na década de 1980, com a perspectiva sociocultural ascendente e conseqüente concretização de um movimento renovador (MALINA; AZEVEDO, 2017; EUSSE; ALMEIDA; BRACHT, 2017).

Desse modo, tal perspectiva e movimento ampliaram horizontes de visão e atuação, ao criticar o papel conservador que exercia na sociedade para assumir uma postura crítica frente ao contexto de época. Por outro lado, o cunho técnico-biológico e esportivo predominante na formação foi questionado, gerando pesquisas e críticas a uma visão unidimensional da Educação Física (AZEVEDO, 2016, 2013).

A partir do atrelamento movimento renovador, a Educação Física na perspectiva sociocultural assumiu possibilidades distintas em que a reformulação e o questionamento do seu papel perante a sociedade foram incentivados para possibilitar a anulação do elemento alienador de sua atuação social e, daí, vislumbrar possibilidades mais condizentes com a perspectiva transformadora.

Alguns elementos sobre a tentativa de rompimento com as práticas autoritárias que imperavam até a década de 1980 podem ser notados no âmbito do esporte e, por conseguinte, na Educação Física, como o movimento denominado “democracia corintiana”. No período em que a ditadura militar ainda se manifestava, mesmo estando nos estertores, nos mais diversos segmentos da sociedade, a democracia corintiana pode ser entendida como um dos exemplos que, de certa forma, contribuíram para se pensar os elementos sobre a participação no mundo esportivo, na tentativa de romper com as normas autoritárias do alto rendimento (MARTINS; REIS, 2014; GOZZI; OLIVEIRA, 2002).

Dessa forma, o presente artigo teve como objetivos: 1) Relacionar o autoritarismo presente em práticas comuns na democracia representativa indagando a possibilidade de rompimento da lógica autoritária por meio da participação e gestão coletiva como ocorre nos movimentos sociais e 2) Apresentar exemplos de participação coletiva no meio esportivo, especificamente no futebol. Consideramos relevante tal discussão no sentido de contribuir para amplificar o movimento crítico da Educação Física brasileira.

2. METODOLOGIA

Para o presente artigo, de corte ensaístico utilizamos dois eixos de análise adotando o seguinte percurso metodológico:

- 1) Debate teórico- o eixo foi construído a partir: a) da relação estabelecida entre a concepção de democracia representativa e a ideologia neoliberal, bem como uma precisa da outra para se manter; b) da possibilidade de distanciamento dessa proposta a partir do entendimento de gestão dos movimentos sociais; c) do caráter participativo do movimento renovador da Educação Física brasileira como um movimento social legítimo. Desse

modo, à medida que o debate teórico avança, constroem-se elementos para pensar a questão da democracia participativa a partir das críticas ao modelo representativo que se tem na sociedade capitalista;

- 2) Analítico- substanciado no debate teórico buscou-se pensar as possibilidades de rompimento com o autoritarismo a partir da participação coletiva, descrevendo o processo ocorrido d) na democracia corintiana, no cenário nacional e; e) no *Football Club United of Manchester* como uma experiência de democracia e gestão participativa o futebol europeu.

3. UM DEBATE SOBRE DEMOCRACIA

3.1. A democracia representativa e a ideologia neoliberal

As primeiras tentativas de implementação de um modelo democrático como estrutura para o funcionamento de uma determinada sociedade surgiu na Grécia Antiga. Os gregos, mais precisamente os atenienses, foram os precursores deste processo de deslocamento de um governo de poucos para um governo de muitos (DAHL, 2012).

Macedo (2008) entende que há sentidos diferentes para a palavra democracia e isso se dá pelo fato de que democracia “é um conceito histórico” (p. 182). Portanto, possui o sentido que as circunstâncias, que a sociedade, que a própria história lhe imprime” (p. 182). Para ele, tal tipo de democracia está ligado diretamente com a ideologia neoliberal, pois é “defendida pelos grandes pensadores do liberalismo, que a admitem como o único sistema político em que os valores liberais podem realmente existir e se desenvolver” (p. 183). Assim, Macedo (2008) relata que o aparelhamento do liberalismo sobre a democracia se baseia, principalmente

[...] no argumento da incapacidade do povo para as decisões estatais, da inoperância das formas da democracia direta em países de grandes dimensões populacionais e territoriais e, ainda, da defesa do sistema burocrático de Max Weber. Dessa sorte, o liberalismo não busca democracia direta nem participativa, mas de partido, representativa, em que os representantes, mais “aptos” e mais “racionais”, tomariam as melhores decisões para o país e para o povo (p.184).

Com isso, Macedo (2008) compreende a organização estrutural do sistema democrático representativo da seguinte forma:

Democracia representativa pressupõe um conjunto de institutos voltados ao sistema de representação. Trata-se do processo político, por meio do sufrágio universal, das eleições, dos partidos políticos, do mandato eletivo. A eleição é o momento máximo

da democracia liberal, em que o povo legitima o exercício do poder, outorgando-o aos representantes (p. 184).

Tentando minimizar as questões ideológicas, Anastasia e Nunes (2006) visam compreender a democracia representativa concentrando-se também na sua organização estrutural. Para os autores, a democracia representativa é:

o conjunto de relações estabelecidas entre os cidadãos e os governantes eleitos. Os primeiros são, nas democracias, os sujeitos detentores de soberania política e a utilizam para autorizar outros, os governantes, a agirem em seu nome e no nome de seus melhores interesses. Os cidadãos são os mandantes, os governantes são os mandatários, estejam eles no Poder Executivo — presidente, governador, prefeito — ou no Poder Legislativo — senadores, deputados federais, deputados estaduais ou vereadores (p. 17).

O modelo democrático representativo foi concebido como uma forma de lidar com a problemática da participação na democracia podemos considerá-lo como o próprio aparelhamento da democracia pelo liberalismo, resultando na representação. Isso reflete as intenções de controle e limitação da participação no processo efetivamente democrático. Inicialmente, a democracia foi idealizada e fomentada a partir das revoluções francesa e estadunidense no final do século XVIII. Esse modelo democrático tinha como premissa diminuir o autoritarismo político presentes em modelos anteriores como os eclesiais e monárquicos, visando assim, a possibilidade de uma maior participação da população nos rumos econômicos e políticos da nação (ADDOR, 2012).

Com o tempo, a democracia no seu sentido radical foi perdendo força, e inversamente proporcional foi ganhando espaço o modelo democrático tido como representativo, ou seja, a participação das pessoas passou a se limitar ao sufrágio universal causando limitações significativas sobre a forma como a população intervém na política (ADDOR, 2012). Isso deflagrou a percepção de que a democracia representativa pautada exclusivamente pelo direito ao voto não dá conta de atender as demandas sociais emergenciais da sociedade. Para Addor (2012), os principais problemas trazidos por este modelo de democracia representativa são:

- a distância dos cidadãos da administração dos interesses coletivos o que gera desinteresse pela política.
- afastamento com relação à construção da democracia.
- esvaziamento das instituições políticas (como partidos e órgãos do governo representativo: câmara dos deputados, senado).
- falta de sentimento público.

Nesse sentido, a democracia representativa vinha como solução que se situa no meio termo entre os custos internos e externos, isto é, entre uma democracia integralmente participativa e outra completamente ausente de participação. A representação figura como uma alternativa para a viabilização da participação das pessoas no processo político, ainda que de forma bem precária. Tais argumentações apresentadas por Dahl e Sartori (2012) parecem bastante comprometidas com a lógica liberal de democracia. As explicações destes dois pensadores são consonantes com a inviabilização de uma democracia realmente participativa, buscam, com isso, uma naturalização à democracia representativa como único modelo realmente viável.

A democracia representativa possui interesses convergentes com a hierarquização da sociedade, com a lógica autoritária do neoliberalismo deixando de lado inúmeras pessoas do processo efetivamente democrático, retira o direito político de uma grande parte da população.

3.2. Os movimentos sociais como possibilidade de redemocratização da democracia

A concepção elitista da democracia, baseada pelos mecanismos precários de participação da população no processo político através do sufrágio universal, tem sido fomentada e consolidada a partir do período pós-guerra e, de certa forma, tem também se estendido até os dias atuais, mas além do modelo democrático representativo, o período pós-guerra traz consigo outras ramificações contra-hegemônicas que são concepções pautadas por ideais que buscam diferenciar-se dos mecanismos escassos que a representatividade traz em relação à participação das pessoas no processo político (SANTOS e AVRITZER; 2002).

Tais concepções contra-hegemônicas entendiam o processo democrático como uma forma de vida, um aperfeiçoamento da vida humana e dos sentidos que ela pode tomar quando proporciona maior participação. Assim, “trata-se de negar as concepções substantivas da razão e as formas homogeneizadoras de organização da sociedade, reconhecendo a pluralidade humana” (SANTOS e AVRITZER, 2002, p. 51).

Para que a política possa ser plural é necessária a inserção dos diferentes atores que compõem determinada sociedade. Esses atores devem necessariamente participar de processos de discussões racionais coletivas para se chegar ao elemento deliberativo. Essa organização busca a ampliação da participação aos atores sociais na política o que foi denominado por Habermas como procedimentalismo que possui ampla ênfase social e participativa. Com isso, o procedimentalismo de Habermas aproxima-se de uma perspectiva

de ampliação da participação baseada na pluralidade cultural. Entende-se a política como um campo de disputa entre os diversos grupos sociais que compõem uma determinada sociedade e que esses diversos grupos possuem interesses distintos, tem-se, então, a incorporação de elementos novos e que podem de certa forma resignificar as práticas democráticas e dos rumos políticos para a participação (SANTOS e AVRITZER, 2002).

Nesse sentido, cabe destacar o importante papel dos movimentos sociais neste processo: “os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores excluídos” (SANTOS e AVRITZER, 2002, p. 53). Addor (2012) atribui aos movimentos sociais o papel desencadeador de práticas distintas onde há possibilidade de rompimento da rigidez imposta pela representatividade. Para isso, a organização dos movimentos deve vir acompanhada de experiências que visem o fomento da participação popular e de governos democráticos. Os indicativos para a consecução deste projeto democrático participativo podem ser exemplificados através da criação de conselhos, conferências e orçamentos participativos.

Na perspectiva de construção de uma Educação Física crítica com possibilidades maiores de participação dos indivíduos que desejam usufruir dos conhecimentos e práticas advindos dela, foi necessário que a Educação Física tivesse influência do movimento considerado crítico durante a década de 80. Esse processo resultou em possibilidades mais amplas e democráticas no sentido de aumentar a participação e inserção das pessoas na esfera da cultura corporal humana, sobretudo em relação aos discentes da educação básica que, a partir do movimento renovador crítico que influenciou a Educação Física, podem estar inseridos na esfera da cultura corporal de forma crítica e reflexiva.

O movimento crítico foi determinante para o desenvolvimento de uma Educação Física que possibilitasse uma reorganização do papel conservador e reacionário que ela, a Educação Física, vinha tendo. Assim, cabe apresentarmos a relação entre Educação Física e movimentos sociais, tratando principalmente o movimento crítico e sua influência como desencadeador do processo de reestruturação da Educação Física brasileira em uma perspectiva contra-hegemônica.

3.3. Educação Física e movimentos sociais

Para estarmos alinhados com o período histórico em que se deu a democracia corintiana e a relação entre movimentos sociais e a Educação Física brasileira, será necessário

realizar um breve resgate histórico dos principais acontecimentos que impulsionaram tais movimentos a partir dos anos 1980 que de certa forma impulsionaram a ampliação do sentido estritamente tecnocrático que a Educação Física brasileira vinha tendo, principalmente antes dos anos de 1980 do século passado.

Era um momento em que já havia forte influência esportiva nas escolas brasileiras, e desta maneira, por causa da grande aceitação e adesão social, o esporte passa a ser o principal ou o único conteúdo a ser ensinado nas escolas. Importa frisar que:

o esporte, enquanto fenômeno cultural, foi assimilado pela Educação Física, inicialmente, sem que isso modificasse a visão hegemônica de sua (da Educação Física) função social (desenvolvimento da aptidão física e do “caráter”), mas, paulatinamente, o esporte impõe-se a Educação Física, ou seja, instrumentaliza a Educação Física para o atingimento de objetivos que são definidos e próprios do sistema esportivo (BRACHT, 2009, p. 14).

A Educação Física brasileira progressivamente se submeteu às normas, aos princípios e aos valores do esporte socialmente difundido, em especial o de alto rendimento. O ensino do esporte a qual vinha influenciando a Educação Física era aquele de cunho esportivista, onde o interesse primeiro era o rendimento (KUNZ, 2006). “A influência do esporte no sistema escolar é de tal magnitude que temos, então, não o esporte da escola, mas sim o esporte na escola” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, pág. 54).

Por estar submetida ao esporte de alto rendimento, a Educação Física acaba por promover traços ideológicos condizentes com a organização estrutural da sociedade hegemônica, refletindo a ideologia das classes dominantes, pois, como bem diz Bracht (2009), o esporte é “regido pelas leis de mercado” (p. 13). Com essa afirmação, podemos apontar alguns dos traços do esporte que servem como suporte ideológico para a sociedade a partir de alguns autores, a saber: meritocracia, alta competição, individualismo, sobrepujança, rendimento, entre outros (COLETIVO DE AUTORES, 1992); sobrepujança e comparações objetivas (KUNZ, 2009); forte orientação no rendimento e na competição, seletividade via concorrência, igualdade formal perante as leis ou regras etc. (BRACHT, 2009).

O ensino do esporte em aulas de Educação Física atrelado ao esporte de alto rendimento pode acentuar o desenvolvimento dos conteúdos pela via da aptidão física e acrescenta uma outra via que é a da técnica esportiva pautada pela ideia de eficiência do movimento humano. O indivíduo é inserido na prática de atividades corporais objetivando o rendimento máximo de suas capacidades físicas e coordenativas, ou seja, o aprimoramento do condicionamento físico e técnico. Assim, ao submeter-se ao esporte de alto rendimento, a

Educação Física agrava e aprofunda a perspectiva biologicista do movimento humano nas aulas, tendo como objetivo máximo de sua função na escola o aprimoramento físico e o ensino dos movimentos padronizados do esporte de alto rendimento. Isso caracteriza uma perspectiva exclusivamente tecnicista de ensinar a Educação Física, o que resulta no empobrecimento e no reducionismo das possibilidades de intervenção da Educação Física na escola.

Caparroz (2007) destaca que, nos anos de 1980, as produções científicas da área aqueceram-se, tendo como preocupação a revelação das concepções que influenciavam a Educação Física brasileira com propósitos de erguer uma nova possibilidade para a Educação Física escolar. Para tais propósitos, precisamente no final da década de 70, a Educação Física aproveitou um movimento alinhado com a busca pela “abertura política” em curso no país que contava com muitos movimentos sociais organizados. Esse período, portanto, não foi um movimento isolado da Educação Física, e sim, um movimento que se disseminou pela sociedade brasileira e que favoreceu e impulsionou a efervescência das críticas na área ao modelo conservador de Educação Física que se materializou, inicialmente, na década de 80 e se estendeu pela década de 90, resultando em possibilidades distintas daquelas fundamentadas pela perspectiva biologicista.

A Educação Física, na perspectiva biologicista, está inserida no contexto da sociedade capitalista que passa a ser uma ferramenta para a adequação dos corpos ao modelo de produção. Nesta disciplinarização dos corpos, os métodos ginásticos e a posterior inserção da Educação Física nas escolas trazem consigo formas de intervenção que se caracterizam por uma disciplina imposta e uma internalização e auto regulação dos indivíduos (LIMA; DINIS, 2007). Aproximado a esse entendimento Finocchio apresenta a seguinte compreensão:

A mecanização e a industrialização empregadas no trabalho, sob a lógica do capital, estenderam-se ao próprio homem. Seu corpo era objeto de estudo na busca da eficácia das ações voltadas a diferentes enfoques sociais, historicamente marcados pelas diferentes condições sociais, políticas e econômicas. (2013, p.69)

Viu-se que um dos papéis que a Educação Física acaba cumprindo socialmente é o de realização de certas formas de controle e opressão sobre os corpos. Na medida em que ocorrem controle e opressão, os sujeitos controlados e oprimidos acabam por criarem formas de resistência, específicas ou não. A partir da abertura política dos anos 1980, A Educação Física brasileira sofreu inúmeras críticas, principalmente por estar vinculada com a ideologia neoliberal. Os movimentos liderados por diversos intelectuais da Educação Física resultaram

em uma ampliação e aprofundamento do sentido da Educação Física que, embasada agora pelos referenciais teóricos das ciências humanas, passa a assumir novos sentidos e significados, sobretudo em relação ao tipo de formação humana oferecida por ela.

Com isso, o movimento crítico da Educação Física brasileira, manifestado em 1980, traz familiaridades com a definição de movimentos sociais encontrada em Ribeiro (2010). Os movimentos sociais são compostos por sujeitos políticos coletivos, que por sua vez “podem significar a ação de transformar a sociedade e a educação, quanto a reação, ou a retroação para defender o *status quo*, ou manter a ordem vigente das relações sociais de produção” (p.28). A humanidade está imersa na luta de classes, seus desdobramentos nas lutas diárias dos movimentos sociais, as quais a intelectualidade está materializada nas relações sociais, sendo essas acadêmicas ou não, e assim integrando ao modelo de sociedade e de homem ao qual estamos inseridos no processo de construção social.

A mesma percepção de familiaridade entre o movimento crítico da Educação Física e dos movimentos sociais encontramos também em Carvalho (2000) que considera a conceituação de Movimento e lutas sociais como “... os realizados espontaneamente pela sociedade civil organizada, os quais de formas diferenciadas expressam diversos conflitos com a cultura e as instâncias de poder dominante” (p.148).

No período de efervescência ocasionada pelos movimentos sociais relacionados à Educação Física brasileira, temos a figura de Vitor Marinho de Oliveira, um dos intelectuais que inaugurou as críticas e desencadeou o movimento considerado crítico da Educação Física no Brasil. Tal período foi capaz de realizar compreensões mais amplas sobre o papel da Educação Física distinta daquela pautada pelo alto rendimento do esporte profissional.

Na busca pelo aprofundamento de questões que possam contribuir para o desenvolvimento de uma Educação Física comprometida com a formação do homem total, Marinho faz importantes indagações que visam promover uma autorreflexão acerca da Educação Física. Assim, o que é “mais importante: a técnica ou a pessoa? Modelar ou formar? A disciplina ou a participação? Domesticar ou educar? Afinal, o que é Educação Física?” (MARINHO, 2011, p.13). E ainda, a respeito da Educação Física na autoconstrução do homem, o intelectual afirma: “Educação Física é Educação na medida que reconhece o homem como arquiteto de si mesmo e da construção de uma sociedade melhor e mais humana” (MARINHO, 2011, p.120).

O livro Metodologia do Ensino de Educação Física (1992) é uma das produções de grande relevância para a área que eclodiu nos anos 90, mas a perspectiva crítica contida nesse

livro são advindas do período de grande tensão promovido pelo movimento crítico nos anos 80. O livro traz um elemento elucidativo acerca da pergunta: “O que é Educação Física?” de Vitor Marinho de Oliveira (pergunta esta que deu título a um dos livros de Marinho, uma referência para a Educação Física brasileira), considera que essa pergunta só tem sentido quando se tem como objetivo compreendê-la para transformá-la. O Coletivo de Autores (1992) aponta ainda que inúmeras respostas foram construídas historicamente, “sem, contudo, contribuírem substancialmente para a superação da prática conservadora existente” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 33).

Apesar das grandes dificuldades em se fomentar uma Educação Física alinhada com a perspectiva crítica, o Coletivo de Autores (1992) contribui com a construção do objeto de interesse da Educação Física que passa a ser entendida como “uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 33).

A conscientização do professor sobre o movimento crítico da Educação Física é importante para que ele saiba o seu papel enquanto agente social transformador das relações autoritárias e antidemocráticas estabelecidas na sociedade brasileira, é algo imprescindível para avanços no sentido progressista da Educação Física enquanto elemento formador do homem.

Sobre a relação movimentos sociais e Educação Física materializada na relação professor x movimentos sociais, Capela (2000) apresenta um olhar, no qual entende a Educação Física como “... um campo de vivência e ações sociais” (p. 138), e Movimentos Sociais como “... formas de ações coletivas reativas aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos (...) e agindo em oposição ao *status quo* vigente” (p. 147).

Sobre o papel de formar do professor de Educação Física, as questões acerca do movimento crítico da Educação Física devem estar muito bem delineadas, já que, como afirma Carvalho (2000), a luta dos movimentos sociais na América Latina estão pautados nos “direitos econômicos, elementares e de sobrevivência humana” (p.149).

A relação entre Movimentos Sociais e Educação Física não ocorre de maneira mecânica, por isso buscamos compreender como esta relação está sendo construída e produzida socialmente. Consideramos que os reflexos dos movimentos sociais históricos, aparecem na atualidade com uma pluralidade de particularidades nas lutas de classe. Nesse contexto surgem nos debates no interior da Educação Física os Movimentos Sociais.

Desta forma, apresentaremos o futebol enquanto exemplo de esporte de alto rendimento que possui, no cerne institucional de sua existência, as relações autoritárias da lógica neoliberal de hierarquização e de mercado, tão presentes na democracia representativa, apontando a abertura em relação a essa estrutura autoritária ocasionada pelo movimento da democracia corintiana como exemplo de ampliação da participação no mundo esportivo. Temos também o exemplo do FC United da Inglaterra que foi criado com intenções da lógica neoliberal no mundo futebolístico profissional.

4. EXEMPLOS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NO FUTEBOL

4.1. Entre o autoritarismo do esporte de alto rendimento e as possibilidades de participação no futebol

Um dos pontos que ganha maior evidência quando se fala em esporte e democracia é a questão da participação no esporte de alto rendimento. Esse tema leva alguns estudiosos – seja da Educação Física, da Sociologia do Esporte ou de outro campo das Ciências Humanas e Sociais – a pensar o papel da participação popular na tomada de decisões. Em tempos de capitalismo globalizado os grandes e pequenos clubes, em especial os de alto rendimento – que trabalham com a descoberta, formação e venda de jovens talentos esportivos – seguem a lógica de mercado, ou seja, visam investimentos em diversos produtos, para que estes além de divulgar a “marca” do clube, gere algum retorno financeiro. Por vezes, o produto mais valioso do clube é o atleta que, como uma mercadoria, é criado e comercializado com outras instituições de diversos lugares do mundo.

No entanto, para abordarmos a questão que nos é pertinente – a participação no esporte de alto rendimento – torna-se necessário compreendermos o funcionamento dos clubes, bem como o papel que é atribuído ao esporte na sociedade. Segundo Marinho (2010), o esporte pode causar um estranhamento, no sentido de que tudo de bom é atribuído a ele: proporciona saúde, ajuda no processo de ressocialização, combate à violência, reintegra deficientes físicos, faz parte da prática democrática, entre outros. Idealizam-se todos estes aspectos à prática social do esporte, romantizando seus valores positivos.

Nesse mesmo sentido, há autores que afirmam o esporte, especificamente o futebol, como “ópio do povo”. Para Nunes (2006), existe hoje certo consenso de que o futebol é instrumento de alienação. Entretanto, o autor afirma que o esporte não é necessariamente alienante, mas podem ser usados para este fim, assim como o carnaval e a religião. Segundo ele:

Não consta que algum time de futebol tenha sido fundado com a finalidade de desviar a atenção dos torcedores para as verdadeiras causas dos problemas sociais. Basta lembrar que, entre outros exemplos, é neste mesmo período (final da década de 1970 e início da década de 1980) que surge a famosa “democracia corintiana” (p.3).

Entretanto, afastam-se do discurso as mazelas que o esporte incorpora da lógica capitalista, atuando como reprodutor de consensos em torno das ideias da classe dominante. Isso porque, segundo Marinho (2010) não se pode compreender o esporte, nem mesmo a prática esportiva, como “um fenômeno que reproduza mecanicamente a estrutura social em um determinado momento histórico”, é necessário ter o entendimento do esporte quanto fenômeno social vinculado à sociedade como um todo, e não considerá-lo parte de uma realidade. Nas palavras do autor, “não podemos colocá-lo ‘entre parênteses’, esquecendo de um as condições e produção de sua existência” (p.22). Logo, numa sociedade de contradições, o esporte em suas diversas manifestações (o esporte de espetáculo, o esporte de rendimento e até mesmo o esporte na escola) vem promovendo, principalmente, a alienação no sentido marxista da palavra, de grande parte da população.

O que não se consegue enxergar são as contradições inerentes à prática esportiva. É lógico que o esporte não é o responsável pela saúde da população. Ao Estado cabe essa tarefa. Mas a prática de atividades físicas participa do processo, sem dúvida. Mas de qual forma? Treinando meninos desde os dez anos para irem para a Europa e ficarem ricos jogando bola? Quantos brasileiros atingem esse ponto? E mais. A que custo esses garotos ficam mais fortes para melhor desempenhar suas atividades atléticas? Mesmo descartando-se a questão dos anabolizantes, resta o sobre-treinamento, para que o resultado surja mais rápido. Músculos, articulações e tendões destrocados, tudo em nome do lucro, que é a lógica do capitalismo. É bom lembrar que os atletas que jogam no Brasil passam pelo mesmo processo. Isso dá saúde? Não, mas alimenta projetos que buscam talentos. As escolas e escolinhas esportivas são as maiores vítimas. Ou melhor, as crianças são as maiores vítimas (p.23).

Reproduzindo a lógica do sistema vigente alguns clubes funcionam como verdadeiras empresas, são instituições privadas e possuem donos, negociam suas ações, captam patrocínios e parceiros, entre outras características encontradas nas grandes empresas. Outros clubes “não tem donos”, pertencem à todos, pertencem aos sócios. Nesse segundo caso, as decisões são tomadas por representantes ou por um representante escolhido através de um corpo fixo de sócios, um conselho, para gerir a instituição em um determinado período de tempo e para representar os interesses de uma grande maioria, sócios, dirigentes, torcedores e atletas.

Nesse sentido, cabe nos perguntarmos: Há espaço para a participação popular nas tomadas de decisão no esporte de rendimento? Seria possível, por exemplo, os torcedores

escolherem quanto e de que forma será investida a receita anual do clube? Escolher qual seria o valor destinado para cada esporte de um clube? No caso dos esportes coletivos, os próprios jogadores escolherem a equipe? Essas e outras indagações vêm à cabeça quando pensamos na questão da participação no esporte de rendimento. Pois bem, podemos refletir sobre tais apontamentos a partir de dois casos: 1) a democracia corintiana e; 2) a criação do clube inglês *Football Club United of Manchester*. Esses dois casos nos levaram a abordar fenômenos que aconteceram especificamente no futebol, mas que poderiam ser vistos em qualquer esporte de rendimento.

Em 1964, mais exatamente no primeiro dia do mês de Abril, o Brasil passou por um golpe que feriu o processo democrático do país. A tomada do poder pelos militares resultou em um regime ditatorial que viera durar 21 anos. As primeiras medidas adotadas pelo Regime Militar foram duras: as lideranças políticas e sindicais foram presas, parlamentares cassados, militantes políticos exilados. Os partidos políticos existentes foram fechados e dois novos foram criados, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Além disso, o governo militar editou os Atos Institucionais, tornando legal o que até então era ilegal e arbitrário (ARAÚJO, SANTOS e SILVA, 2013).

Todo esse período foi marcado por sucessivos fatos como as censuras, prisões, torturas e exílios. Porém, durante os 21 anos houve sucessivas resistências da população e diferentes formas de lutar contra a ditadura militar, apesar da forte repressão às lideranças sindicais e políticas ligadas aos partidos trabalhistas. Manifestações e passeatas políticas ocuparam as ruas em diversas cidades do Brasil, exigindo a queda do Regime Militar.

Como mencionado anteriormente, no final da década de 70 e no início da década de 80, o Brasil ficou marcado pela ascensão dos movimentos sociais e sindicais. Os atores políticos desse período tinham como objetivo principal o combate à ditadura militar, a partir da construção de um projeto que expandisse a ideia de cidadania e aprofundasse a democracia. Segundo Martins e Reis (2014), nessa época a concepção de cidadania forjada pelos movimentos sociais na década de 80 “teve como implicação analítica, em primeiro lugar, a compreensão de que essa é construída historicamente e, portanto, deve ser contextualizada e analisada em seu processo de constituição à luz dos sujeitos históricos” (p.429)

Nesse contexto de embates pela democratização brasileira, situa-se a Democracia Corintiana, movimento ocorrido no Sport Club Corinthians Paulista, entre março de 1981 e março de 1985, nas duas gestões do presidente Waldemar Pires. O movimento foi liderado

pelos jogadores Sócrates, Wladimir e Casagrande, com o dirigente esportivo e sociólogo Adilson Monteiro Alves, diante de uma estrutura autoritária que até hoje impera no futebol. Foram estabelecidas formas menos autoritárias de gestão do clube e da equipe de futebol, tornando possível a participação dos jogadores em processos de tomada de decisões (MARTINS; REIS, 2014; NUNES 2006).

Segundo Martins e Reis (2014), a Democracia Corintiana pode ser analisada por diversos prismas, como um projeto de modernização da gestão do clube alvinegro; como vanguarda na promoção do marketing esportivo, aproveitando-se da disjuntiva “democracia versus ditadura”; como a participação de jogadores de um clube de futebol nas lutas do movimento político das “Diretas-Já”; ou mesmo como a organização destes sujeitos em torno de algumas demandas acerca de suas próprias condições de trabalho. No entanto, visto o período de fortificação dos movimentos sociais no Brasil, surge um comportamento coletivo de contestação da ordem social vigente, buscando novas práticas, conceitos e identidades, bem como a construção de uma nova cidadania. (NUNES, 2006).

Desse modo, as ideias de Nunes (2006) e Martins e Reis (2014) convergem no sentido de afirmar que a Democracia Corintiana se desenvolveu a partir da demanda dos jogadores por transformações no âmbito do seu trabalho, como elemento de questionamento do autoritarismo e do paternalismo no futebol, na medida em que servia como espaço de contraponto à hierarquização presente na arena esportiva, que impedia que o jogador pudesse comandar a própria vida. Gonçalves (2011) afirma:

objetivo questionar toda a relação trabalhista do mundo do futebol e da vida dos atletas. Mas a proposta ia além: era também preciso propor soluções e formas de mudar as relações dominantes. O jogador deveria ser mais que simples mão-de-obra, ele deveria participar das decisões do clube e do time, de maneira democrática, com o mesmo poder que o técnico, o diretor etc. Assim funcionava a *Democracia Corintiana*.” (p. 11-12)

Se no início da década o Corinthians se estruturava de forma representativa, após 77, com conquista do Campeonato Paulista iniciou-se a fase de transição que resultaria na Democracia Corintiana. Os jogadores enxergavam a necessidade de uma transformação à medida que permitisse a inserção de novos elementos identitários. Nesse aspecto, mais que a própria participação dos atletas nas decisões internas havia a necessidade de tecer uma identificação popular ao clube. O movimento extravasava as paredes do clube, dentro de campo o gesto do punho cerrado mostrava a luta pela democracia. Fora de campo, nas entrevistas eram abordados assuntos como a condição do negro no Brasil, o racismo, o estudo

do yorubá, o apoio ao movimento grevista e ao Lula, além da identificação de figuras públicas como Elis Regina, Beth Mendes e Aizita Nascimento ao clube e ao movimento, ajudavam a criar uma identidade e aproximar as camadas populares à Democracia Corinthiana (ROCHA, 2013).

Segundo Rocha (2013), foi justo nessa época que passou a ser permitido o uso de publicidade nos uniformes dos clubes e os responsáveis pelo movimento aproveitaram não apenas para gerar fundos para o Corinthians, mas também para expandir as propostas do próprio movimento, com mensagens sociais e de cidadania. Uma delas foi a favor das eleições diretas para governador em novembro de 1982, a primeira desde 1964, com os dizeres “Dia 15 Vote”. Outra, simplesmente dizia “Democracia Corinthiana”. Entretanto, a campanha foi censurada pelos militares afirmando que a publicidade não acabe para fins políticos e sim para patrocínios. A experiência da Democracia Corinthiana extrapolou os limites esportivos. Muitos dos envolvidos filiaram-se a partidos políticos e participaram de forma ativa do movimento conhecido como “Diretas Já!” no ano de 1983 e início de 1984, comparecendo a palanques e divulgando entre a população a luta pelo direito a eleições diretas para presidente do país.

4.2. Um exemplo internacional

Outro exemplo de participação no esporte de rendimento, também relacionado ao futebol, é o clube inglês *Football Club United of Manchester* que foi criado em 2005 por torcedores do *Manchester United* que insatisfeitos com a venda do time para o empresário estadunidense Malcom Glazer, criaram seu próprio clube. Na Inglaterra a ideia de torcedores criarem seu próprio clube não foi inédita, porém, esse foi o primeiro caso da criação de um novo time a partir do descontentamento da torcida após a privatização¹. A instituição se define como:

Quem somos nós? O FC United de Manchester é um clube de futebol comunitário detido e gerido democraticamente pelos seus membros. Sua estrutura corporativa é uma Sociedade de Benefício Comunitário e a sociedade está aberta a todos, com todos um co-proprietário igual, detendo uma ação de voto no clube².

O *FC United* é considerado semi-profissional e atualmente joga na Liga Nacional Norte, sendo assim, parte das pessoas que compõe o corpo da instituição, entre eles atletas, comissão e dirigentes, possuem outra ocupação. Apesar disso, o clube regularmente atrai

¹ Disponível em: http://www.fc-utd.co.uk/m_history.php

² Disponível em: http://fc-utd.co.uk/m_waw.php

multidões e possui muitas conquistas dentro e fora do campo. A instituição recebeu o Prêmio Cooperativo de Excelência Cooperativa em 2009 por seu trabalho de ponta com as comunidades locais.

A participação de todos é necessária para a tomada de decisões. O objetivo do clube é demonstrar, por exemplo, como isso pode funcionar na prática, criando um clube de futebol sustentável, bem-sucedido e democrático, que crie benefícios reais e duradouros para seus membros e comunidades locais. Logo, todas as decisões são tomadas em assembleias, onde os associados que pagam uma mensalidade mínima de apenas 12 libras têm direito a votos. Os Regulamentos e as Diretrizes deixam claro que não se pretende profissionalizar e entrar nas regras dos meios comerciais. O documento ainda regulamente a obrigatoriedade de participação em projetos com a comunidade³.

Atualmente, nota-se um afastamento entre o povo e a política, sendo ocasionado, talvez, por mero desinteresse ou como forma de protesto aos que nos representam. É contra esse tipo de representação que o texto coloca a participação, ou seja, uma democracia participativa que procura tornar presente e dar voz a quem estava ausente. No entanto, o que ocorre é que a forma mais conhecida de participar politicamente em nossa sociedade é através da representação. A luta pela participação do povo vem crescendo e ganhando força ao longo dos anos, não só nos debates, mas no entendimento de que há necessidade da criação de espaços públicos que permitam esse processo. Dessa maneira, discute-se a posição da população no sistema democrático vigente e não só isso, o próprio lugar de participação efetiva.

5. CONCLUSÃO

Os movimentos sociais parecem ser uma resposta da sociedade civil organizada para os limites impostos à participação da população em processos políticos e de gestão de instituições. Essas respostas se manifestam tanto em nível macrossocial, quando há a intenção de aberturas para diálogos que vão de encontro com a perspectiva hierárquica e exclusiva da democracia representativa, quanto em nível microssocial, quando há a busca em romper com a lógica própria da democracia neoliberal no interior de instituições conservadoras e reacionárias.

Tais afirmações se fazem procedentes, como pode ser exemplificada com a Educação Física, na qual tivemos a influência do movimento crítico dos anos de 1980 que foi capaz de

³Disponível em: <http://www.futebolmagazine.com/fc-united-of-manchester-um-clube-para-idealistas>

romper com a unilateralidade estabelecida pela lógica neoliberal da Educação Física brasileira (os embates entre o movimento conservador e crítico são latentes até os dias de hoje) possibilitando novos sentidos e significados a ela, sendo, portanto, democratizada e, ampliando com isso, a participação através dos processos mais inclusivos na formação por meio da cultura corporal.

No futebol institucionalizado, tivemos movimentos como a democracia corintiana que é um exemplo brasileiro importante sobre as possibilidades de ampliação da participação e autogestão em instituições vinculadas à lógica neoliberal. Apesar de não existir mais a democracia corintiana foi um dos marcos sobre participação no mundo esportivo. O FC United segue o mesmo exemplo, talvez tendo maior profundidade, já que a gestão do clube é feita pelos próprios torcedores.

Através deste trabalho, buscamos demonstrar como os movimentos sociais podem tornar-se elementos importantes para a redemocratização da democracia. Exemplificando tal afirmação, apontamos alguns exemplos de como os movimentos sociais contribuíram com a construção de uma Educação Física crítica e reflexiva, ou seja, qualitativamente superior do modelo reacionário que exercia, e também em relação ao fomento de relações sociais mais democráticas e humanas em instituições completamente aparelhadas pela ideologia de mercado, como são os clubes de futebol.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Felipe. **TEORIA DEMOCRÁTICA E PODER POPULAR NA AMÉRICA LATINA contribuições a partir das experiências de Cotacachi/Equador e Torres/Venezuela**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe. A reforma da representação. **Reforma Política no Brasil**, v. 1, 2006.

ARAUJO, Maria Paula; SANTOS, Desirree dos Reis; SILVA, Izabel Pimentel da. (Org). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. 1.ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto de. **História da Educação Física no Brasil: Currículo e Formação Superior**. Campo Grande: UFMS, 2013.

_____. **Fundamentos da Teoria Curricular para (Re)Formulação de Projetos Pedagógicos em Educação Física**. Campo Grande: UFMS, 2016.

LOVISOLO, Hugo. **Esporte de Rendimento e Esporte na Escola**. 1 ed. São Paulo: Autores Associados, 2009, p. 11-26.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a Educação Física na Escola e a Educação Física da Escola**. 3 ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2007.

CAPELA, Paulo Ricardo de Canto. “Quais as relações da Educação Física com os Movimentos Sociais?”. **Revista Motrivivência**, Santa Catarina, ano XI, n.14, p.137-145, Maio/2000.

CARVALHO, Denise Gomide. “Educação Física e movimentos sociais: uma relação possível?”. **Revista Motrivivência**, Santa Catarina, ano XI, n.14, p. 147-156, Maio 2000.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. Cortez: São Paulo, 1992.

DAHL, Robert A. **A democracia e seus críticos**. Trad. Patrícia de Freitas Ribeiro. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

EUSSE, Karen Lorena Gil; ALMEIDA, Felipe Quintão; BRACHT, Valter. Cultura Corporal e Expresiones Motrices: sobre a Educação Física no Brasil e na Colômbia. **Movimento OnLine**, Abr-Jun, 2017.

FINOCCHIO, José Luiz. **A inserção da Educação Física/Gymnastica no Ensino Secundário – Imperial Collegio de Pedro II (1837-1889)**. p.69. Tese - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais/Campo Grande.

GOZZI, Ricardo; OLIVEIRA, Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de. **Democracia Corinthiana: a utopia em jogo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

KUNZ, Elenor. Esporte: Uma Abordagem com a Fenomenologia. *In*: STIGGER, Marcos Paulo; LOVISOLO, Hugo. **Esporte de Rendimento e Esporte na Escola**. 1 ed. São Paulo: Autores Associados, 2009, p. 27-48.

KUNZ, Elenor. **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte**. 7 ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

LIMA, Francis Madlener de; DINIS, Nilson Fernandes. Corpo e gênero nas práticas escolares de Educação Física. **Currículo sem Fronteiras**, v.7, n.1, p.243-252, Jan/Jun 2007. MACEDO 2008

MACEDO, Paulo Sérgio Novais de. Democracia participativa na constituição brasileira. **Id/496910**, 2008.

MALINA, André; AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto de. História da Perspectiva Sociocultural da Educação Física nos anos 1980 como Fundamento Crítico para a Educação Física Escolar: o tecnicismo na berlinda. In: TELLES, Silvio; TRIANI, Felipe. **Educação Física Escolar: múltiplos olhares**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2017, p. 28-50.

MARINHO, Vitor. **O que é Educação Física**. São Paulo: Brasiliense, 2011,

MARINHO; Vitor. **O Esporte pode tudo**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Mariana Zuaneti; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Cidadania e direitos dos jogadores de futebol na Democracia Corinthiana. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, (São Paulo) 2014 Jul-Set; 28(3):429-40.

NUNES, Francisco José. Futebol, religião e política entram em campo. **Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES)**. ISSN 1981-156X, n. 02, 2006.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROCHA, Max Filipe Nigro. **Em busca do feitiço perdido: a revista Placar entre a Seleção Brasileira de 1982, a Revolução São-Paulina e a Democracia Corinthiana (1979-1984)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.): **Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.